

# **Sobre o tempo e as folhas: *in memoriam* Roberto Machado (1942-2021)**

**Vladimir Vieira**

Universidade Federal Fluminense - UFF

Em maio de 2020, meu colega de departamento, prof. Carlos Tourinho, publicou na coluna da ANPOF uma interessante reflexão sobre os desafios que enfrentávamos para lidar com a nova temporalidade imposta a nós pelo confinamento. Um estranho tempo, para muitos ralentado pela primeira vez, ao menos em vários anos. Um tempo do mesmo, de instantes dilatados e constantemente invadidos pelas memórias.

Aqueles momentos iniciais desses novos tempos ainda sem tempo para acabar soçobraram no passado. Atufado com nossas intermináveis agendas remotas, o tempo da pandemia corre frenético nesse ano, desdobra-se em dois e às vezes em três. Movimentamo-nos com sofreguidão junto com ele, completamente adaptados à sua percepção não presencial.

Em 2021, não parece haver mais tempo para lembranças e, contudo, somos a elas constantemente compelidos. Não porque preenchem, quase imperceptivelmente, o espaço que ficara de súbito desocupado; antes abrem caminho à força e arrancam a nossa atenção ao cotidiano, exigindo a depuração daquilo que está irremediavelmente perdido. É a morte o que melhor qualifica, ao menos para mim, nossa experiência hodierna com a pandemia. Não a afirmação do nosso destino inevitável, que potencializa a vida, mas a ubíqua e nauseante vigilância do luto que nos cerca todo o tempo. A cada semana alguém talvez se vá, alguém se foi ou quase se foi.

Nesse tempo de luto, impôs-se a mim a lembrança de Roberto Machado. Eu o conheci em meados dos anos de 1990, pouco depois de ter retornado à universidade para estudar filosofia. Embora isso talvez possa causar surpresa, naquela época tinha interesse por psicanálise e questões ligadas à sexualidade. Foi por isso – portanto, equivocadamente, como eu logo descobriria – que me inscrevi em sua disciplina, a qual tinha por objeto, naquela ocasião, os textos do assim chamado primeiro Foucault.

Por incontáveis razões, esse equívoco se mostraria um daqueles lances do destino que separam radicalmente a vida em ato de todas as infinitas outras em potência. Fascinado com a torrente de conceitos que se desdobravam daquelas palavras, algo que jamais escapou a quem teve o privilégio de ouvi-lo falar, passei a integrar o grupo bastante numeroso dos alunos que frequentavam com regularidade seus

curso. Nesses estudos, que resultariam na publicação de *Foucault, a literatura e a filosofia* em 1999, terminei reconhecendo o que me ocupava mais profundamente: a estética fora, na verdade, o que me atraía para a filosofia.

Se a clareza e a energia com que Roberto se expressava saltam aos olhos, um de seus traços intelectuais mais marcantes, ainda que menos evidentes, talvez seja a generosidade com que tratava seus interlocutores no espaço da sala de aula. Refletindo, em retrospecto, sobre aqueles tempos, ainda me espanto ao lembrar que meu comportamento arrogante, inconveniente, quase descortês na insistência por compreender e questionar, jamais colocou obstáculos ao debate e à troca de ideias. Para provável desespero de meus colegas, parecia importar pouco a forma desastrada com a qual eu então lograva formular o que me vinha à mente, e Roberto prosseguia me incentivando a pensar. Mais do que a eloquência, foi essa postura que se tornou pra mim o modelo do que deve fazer um grande professor. Busco permanentemente me aproximar dela em minha prática pedagógica – pois, como pude mais tarde constatar, aquele meu comportamento não é de modo algum original nos cursos de filosofia.

À medida que avançava a graduação, outros contatos terminariam assinalando o nascimento da estética e a terceira crítica kantiana como pontos focais de minha curiosidade. Julguei, então, que seria difícil manter o convívio de que vinha desfrutando em um ambiente onde se toma por lugar comum a especialização. Ele não arrefeceu, entretanto. Continuei inscrito nas disciplinas, e Roberto continuava mostrando igual disposição para discutir questões, mesmo quando atravessadas por autores e temas que pareciam à primeira vista distantes de suas pesquisas. Era, de certo modo, assombroso: um pesquisador que exige, de si e dos outros, a máxima correção acadêmica sem tornar-se por isso impermeável à diversidade de modos de pensar que a filosofia oferece. Começava a desfazer-se a perplexidade com que nós, alunos, recebíamos uma frase sempre repetida no início dos semestres letivos: “Eu só gosto de dar aula sobre o que eu não sei”. De modo mais reservado, Roberto externava desgosto semelhante por toda espécie de seita ou dogmatismo, discente ou docente. Trata-se de outra lição fundamental que procuro seguir tanto quanto possível em minha carreira.

Assim fui seguindo meu percurso, com essa nobre companhia e a permanente sensação de não ser inteiramente digno dela. Roberto foi um dos arguidores de minha banca de mestrado e também promotor de alguns dos momentos mais memoráveis daqueles tempos – é impossível deixar de mencionar, nesse sentido, o minicurso sobre Hölderlin ministrado por Philippe Lacoue-Labarthe no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, uma verdadeira batalha contra as precárias condições em que a universidade se encontrava no início dos anos 2000. Àquela altura, já se tornara claro para mim que seus interesses eram muito mais amplos do que os temas escolhidos para suas disciplinas deixavam transparecer. Nos muitos grupos

de estudo que organizava, liam-se autores de todos os períodos da história da filosofia com o tanto gosto quanto obras de literatura e teatro.

Em meados dos anos 2000, tive a sorte de ver convergirem nossas pesquisas: Roberto ocupava-se com os estudos para *O nascimento do trágico* (2006), e meu doutorado envolvia a recepção alemã da terceira crítica, especialmente em Schiller e no jovem Nietzsche. De todo o tempo em que estivemos próximos, esse foi de meu ponto de vista certamente o mais produtivo; torço para que tenha sido proveitoso para ele ao menos um ínfimo do que foi para mim. A publicação desse volume, que se tornaria leitura indispensável para quem se dedica, no Brasil, à estética do século XIX, marca a conquista de um objetivo que também encontrava formulação recorrente entre suas divisas: “tenho mais interesse por questões do que por autores”.

Com o início do mundo do trabalho, meu tempo ficou pequeno para o espaço a que Roberto tinha direito nele, e oferecer menos do que isso parecia injusto, senão mesmo herético. Não logrei realizar meu sonho juvenil de estudar os dois tomos de Deleuze sobre o cinema, e acompanhei a publicação de *Deleuze, a arte e a filosofia* (2009) com inveja daqueles que tiveram a oportunidade de acompanhar as aulas correlatas. A última vez que o ouvi falar foi na Universidade Federal Fluminense, por ocasião do lançamento de *Impressões de Michel Foucault* (2017). Esse livro, ele me dizia, seria o ápice de um movimento ininterrupto para longe da academia e para perto da literatura, da pintura, da arte.

Roberto se foi, e o luto que nos circunda deixa a tarefa de tentar construir um sentido qualquer para uma perda tão dura e tão irreparável, e assim saldar uma dívida coletiva que ele mesmo jamais admitiria cobrar. Se há uma questão que atravessa tantos autores e escolas, tantas pessoas tão genuinamente inspiradas a pensar e a criar, talvez seja justamente essa, também tão urgente nesses últimos tempos: como soprar a vida nas folhas mortas que circulam pela universidade sem, para isso, abandonar o rigor que ela exige de nós. Roberto formulara esse problema sem cessar, e parecia ter finalmente alcançado o equilíbrio que perseguia há tantos anos. Que possamos ter também nós por meta esse ideal, ao lado dos tantos outros que ele nos legou.

## Paulo Mendes da Rocha (1928-2021)

**José Guilherme Pereira Leite**

Escola da Cidade/USP

Bonito, na morte de Paulo Mendes, foi ver a reação agradecida de seus colaboradores e ex-alunos. Não por sentimentalismo e sim pelo efeito real de um princípio ativo, transformado em prática regular. *Tout d'abord un professeur*, Paulo defendeu uma arquitetura coletiva e aberta para as humanidades. Traço típico e comovente dos espíritos que professam, ensinam e formam: mesmo depois de consagrado, manteve constantemente o hábito da colaboração, “convocando” colegas, aprendizes e saberes outros para mobilizar processos de formalização que, na sua visão poética da vida e do trabalho, deveriam espelhar a complexidade da vida em cidades e dos problemas que ela cria. Empregava esse verbo “convocar” com extrema frequência, revelando por aí um senso de dever coletivista que é sem dúvida uma forte característica de sua atuação.

Nas intensas conversas que travava com quem se achegasse, Paulo repetia frases e recomendações que foram se tornando máximas para seus admiradores, como os aforismas de um mestre: “A arquitetura é um saber solicitante”; “Não leiam revistas de arquitetura”. “Estudem filosofia, literatura e as artes, onde encontram-se as fontes melhores do conhecimento”; “Estamos condenados a fazer a cidade, sobre si mesma, infinitamente”. Esse conjunto disperso e aparentemente fragmentário de declarações se elucidam mutuamente e enunciam um sistema de pensar muito coerente, que deve ser melhor estudado. A coleção é inesgotável e, ademais, revela uma erudição significativa. Entre os seus livros de cabeceira constava declaradamente a peça “Vida de Galileu”, de Bertold Brecht, em cuja dramaturgia via os temas luminares do sentimento telúrico, da integridade e das duras batalhas travadas no caminho heroico da contratendência.

Integridade foi uma palavra-chave para definir sua personalidade artística. Alguns viam nele intransigência. Fato é que, formado nas hostes do modernismo arquitetônico paulista, carregou por toda a vida dois valores que lhe eram pétreos. Primeiro, a aversão ao inessencial, figurada em sua obra por meio de uma economia estrutural e material espantosa – um dos grandes fatores de sua singularidade e de seu reconhecimento internacional. Segundo, uma profunda politização, desdobrada como não-concessão, em recusas sucessivas, e na visão profissional do arquiteto como personagem pública, fatalmente partícipe dos dramas e das lutas sociais.

Juntos, esses valores se amalgamavam, reforçando um caráter já em si avesso à bajulação e às borbulhas da complacência, com postura hipercrítica e por vezes até dogmática. Como os grandes artistas, evitava comentar o trabalho dos concorrentes, sobretudo à luz do dia. Quando eventualmente o fazia, entretanto, suas opiniões eram peremptórias, cortantes e temidas.

Naquilo que diz respeito ao seu apreço pelo essencial – em termos de forma – aparece por certo o núcleo exemplar de seu trabalho, comumente associado àquilo que se convencionou nomear pela contraproducente alcunha de “brutalismo”. O rótulo mais atrapalha do que ajuda pois conduz a equívocos interpretativos importantes.

Paulo – como muitos dos *soi-disants* “brutalistas” – era um homem preciso e cuidadoso em suas escolhas, bem como na execução de suas obras, embora com muita frequência as operações que as guiassem fossem posteriormente enunciadas, por ele mesmo, como acontecimentos muito simples do ponto de vista lógico. Assim descrevia post festum o projeto para o MUBE e a celebrada reforma da Pinacoteca do Estado. Nesse sentido, foi um hiper-moderno: defendeu e praticou uma filosofia da necessidade estrita e a busca de resultados formais que emergissem de conjecturas enxutas, respondendo aos casos e aos dados com depuração, engenho e inteligência. Daí se alimentava sua aposta nas exigências imanentes da situação, vacinando-se contra o neoplatonismo que assombra as imaginações arquitetônicas desde o Renascimento. Sentir a Coisa como decaimento da Ideia não era de fato a sua inclinação.

Seguindo esse mesmo espírito, e relativamente alinhado ao partido moderno do didatismo, Paulo acreditava na transparência – ou na legibilidade – de seus edifícios. Por isso, em seus projetos, a matéria e as forças aparecem em sua plenitude explícita (bruta, vá lá) porém trabalhadas por sofisticadas percepções sobre seus aspectos pictóricos, táteis, e submetidas a uma rara intuição sobre a unicidade fluída do espaço e do movimento. Essa lapidação – elegante e demorada – nada tem de brutal e foi por ela que Paulo conseguiu, tantas vezes, criar efeitos improváveis de alta leveza usando o peso mineral e chumboso do concreto revelado. Isso é visível em construções importantes de seu percurso, como os edifícios Guaimbé e Jaraguá, a casa Masetti e o próprio MUBE. O termo “brutalismo” se encontra, pur troppo, consagrado pelo cânone semântico da historiografia arquitetônica mas a sua desconstrução – e eventual substituição – seria quiçá conveniente.

Ao mesmo tempo, a objetividade com a qual raciocinava, não o impediu de impressionar visualmente, atingindo pelo avesso uma suntuosidade paradoxal, pictórica e severa. A intensidade plástica e inventividade lúdica de alguns de seus trabalhos não podem ser ignoradas, mesclando principalmente três elementos: a) o manejo cada vez mais magistral do concreto aparente como base; b) a aplicação pontual e aguda da cor, reforçando por contraste o caráter pictórico do concreto; c) a criação

pontos-de-vista perspectivos que intensificavam a percepção espacial ora do trabalho humano (isto é, a obra mesma do arquiteto) ora de seu negativo (isto é, a natureza, entendida em sua acepção mais física que botânica).

Fosse como fosse, o conjunto era sempre forte e rigoroso. Daí a importância de sublinhar outro traço elucidativo de seu *modus operandi*: mesmo sendo enaltecida como operação coletiva, a ação projectual, no entendimento de Paulo Mendes, era hipermediada pela figura demiúrgica e autoral do arquiteto, jamais dispensável, sempre no comando das determinações finais. Paulo, nesse sentido cobrava o tradicional respeito àquilo que fora soberanamente definido e controlado pelo projetista e torceu o nariz algumas vezes frente a certas apostas do chamado “projeto participativo”.

Naquilo que diz respeito aos seus compromissos políticos, Paulo foi uma mistura de revolta e fruição em relação à vida urbana, sobretudo a das cidades latino-americanas. Em ambos os pólos, foi político, de modos distintos, porém complementares.

Na sua indignação de comunista à velha maneira, bradou sempre que pôde contra as distorções do colonialismo e as iniquidades escandalosas de uma sociedade que, a despeito de seus enormes recursos mentais e materiais, insiste em produzir cidades abjetamente desiguais, e contrárias a qualquer racionalidade – contrárias sobretudo às gramáticas normativas do bem viver e da saúde pública. Paulo era inconformado com isso e, para além de sua produção arquitetônica propriamente dita, atualizou, a seu modo, a tradição do arquiteto-urbanista que alerta gestores e governos – verbalmente – para os descabros imorais da disfunção urbana e para a calamidade social e ambiental implicada em ignorarmos a importância da arquitetura como técnica de organização da presença humana no planeta e como direito fundamental a uma vida cotidiana digna e bela. Conforme repetiu à exaustão, “exibir o êxito da técnica” e “evitar o desastre” eram para ele os “paradigmas”, as utilidades básicas e concatenadas de sua profissão. Entre as suas famosas provocações, estava também esta: criticava ironicamente a expressão “moradia popular” como eufemismo para uma arquitetura mal-feita. Assim como não podemos falar em “água popular”, pois só temos “água boa” ou “água ruim”, dizia ele, também não deveríamos falar em “moradia popular” dado que uma arquitetura é boa ou ruim, independentemente de seu destinatário. Dizia coisas assim para expressar sua inconformidade quanto à ideia – amplamente normalizada – de que seja aceitável produzir casas ou bairros populares com irresponsabilidade ecológica, materiais de baixa qualidade, precariedade construtiva e plantas mal pensadas.

Já na sua fruição da vida urbana, Paulo foi ainda mais político. Pedestre militante, amante dos bares e da cultura, exercia compromisso radical com aquilo a que chamamos de “urbanidade”, esse conjunto de valores tão diretamente associados ao diálogo, ao amor pela sociabilidade cidadina e à sua utopia como vida livre. Certa

vez, disse jocosamente a um de seus melhores amigos que “almoçar em casa era coisa de caipira”. Por isso, na rua General Jardim – na mesma Vila Buarque que viu nascer esta Faculdade de Filosofia, quando a USP era ainda um sistema disciplinar de prédios imiscuídos no tecido central da metrópole, Paulo manteve o seu histórico escritório e ali permaneceu como figura fácil e conhecida dos garçons e gerentes. Caminhando e fumando vagarosamente pelas calçadas, misturava-se à rica paisagem humana do lugar, entrando e saindo de um táxi, cumprimentando a todos com extrema cortesia, embora sempre reservado. Ali viveu parlamentando. Já mais velho e fartamente medalhado, dali continuou a liderar ou inspirar a produção mais atual da arquitetura paulistana, em estado impressionante de assembleia quase permanente. Existia, simultaneamente, como testemunha diacrônica de outra época. Esse seu estar à rua era cotidiano mas solene. Simples e austero em seu vestir quase uniforme, terno completo e frequentemente cinza – como as massas concretícias que fizeram-lhe a fama – camisas sociais brancas, sem gravata, cabelos bem aparados, o indefectível bigode e as mãos livres de embrulhos ou pastas. A correção de sua presença aparecia claramente como tributo ao espaço público, um gesto que, de resto, marca inúmeras de suas obras.